

# CIVILIZAÇÃO DA OBEDIÊNCIA: POR UMA SOCIOLOGIA DO LIVRO ESCRITO PARA CRIANÇA NA REPÚBLICA DAS LETRAS<sup>(1)</sup>

Andréa Borges Leão

## Resumo

*Os livros são objetos cuja eficácia simbólica advém do encontro entre os protocolos de leitura, dispositivos técnicos, visuais e físicos que comandam a ordem do escrito, e as maneiras de ler, a multiplicidade dos usos que sedimentam as significações do lido. Aqui, serão tomados como suportes para a invenção e circulação de uma ordem nacional. Proponho indagar a lógica da produção, difusão e consumo dos livros escritos para crianças na Primeira República brasileira, privilegiando as idéias-forças de um projeto civilizatório para o país.*

**Palavras-chave:** Livros para crianças; produção cultural; projeto civilizatório

## Abstract

*Books are means of communication whose symbolic efficiency comes from their making process and the various ways of reading them. Hereafter they will be taken as a channel through which flows a mechanism that originates a national order.*

*It is our intent to investigate the logic of the production, diffusion and consumption of children's books published and read during the "first Brazilian Republic (1890 – 1914). A special emphasis is placed on the motor-ideas of a civilizing project for Brazil.*

**Keywords:** Children's book; cultural production; civilizing project.

## INTRODUÇÃO

Proponho, neste artigo, examinar a lógica da produção, difusão e consumo dos livros escritos para crianças na Primeira República brasileira. Os livros, objetos por meio dos quais funciona uma engrenagem social, serão tomados enquanto suportes de um projeto civilizatório. Ou por outra, o livro será concebido como objeto cuja eficácia simbólica advém do encontro entre os protocolos de leitura, dispositivos técnicos, visuais e físicos que comandam a ordem do escrito, e as maneiras de ler, os usos plurais que sedimentam a significação do lido. A Sociologia do livro que proponho, assim, privilegiará a produção nacional de cunho popular da Biblioteca Infantil da Livraria Quaresma: **Os Contos da Carochinha**, **Teatrinho Infantil** e os **Contos do Arco da Velha**.

É certo que o poder do livro na construção e difusão de uma imagem da nação não é exclusivo à *Belle Époque* brasileira. Conquanto tal configuração caracterize-se por um nervosismo ufanista no plano das representações sociais, a periodização delineada decorre de um trabalho de classificação das fontes de pesquisa (2). No que respeita ao investimento civilizatório na difusão do livro para criança, delimitarei o período que vai do declínio de uma produção editorial típica do império, cujo motor era impulsionado pelas importações, traduções e adaptações do livro europeu, sobretudo franceses e portugueses – até meados da década de 1890 –, às manifestações da “reação nacional”, por meio das quais os agentes passaram a “apostar” na fabricação do livro brasileiro. A “reação nacional” correspondeu ao desejo e empenho comercial dos escritores e editores em “abrasileirar” o livro, escrever em “brasileiro”, editar em “brasileiro”. Todo o investimento para criação e defesa do incipiente mercado

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Sociologia na Universidade de São Paulo – USP e Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação - Universidade Federal do Ceará - UFC. marcusgurjao@secrel.com.br

editorial no Brasil começa pela literatura infantil. Como a intenção é estudar a produção do livro na República das Letras, este artigo não alcançará a conjuntura que marcou a obra genial do empresário e escritor Monteiro Lobato, e que pôs em circulação as coleções infantis da Editora Melhoramentos, deslocando o comércio livreiro do Rio de Janeiro para São Paulo.

Nos Livros Para Criança predominam o pensamento mágico, heróis modulados em suas condutas e conformados a seus destinos, figuras humanas “viradas” em animais, todos vivendo situações exemplares com conseqüente resolução dos conflitos, predominam as ações e peripécias de caráter aventureiro e exemplar. São ao mesmo tempo úteis e pueris pois misturam recreação e aprendizado, brincadeira e castigo, confundem realidade e fantasia. Tais livros, é importante enfatizar, aproximavam-se mais dos manuais de civildade correntes no século XIX que dos livros didáticos que fizeram o sucesso comercial das editoras no século XX. Os tratados de civildade que ensinavam o ritual do bem comportar-se e da cortesia revelam o quão estreitos eram os laços entre o escrito e o gesto. Daí o afloramento da oralidade no impresso tão característico da cultura da recitação, na qual ler significa declamar.

Início a discussão pontuando alguns traços da vida intelectual, os acontecimentos marcantes e corriqueiros que forjaram uma *Belle Époque* singularmente nacional. Reconstituindo algumas relações do meio que fabricava e vendia livros, comento a função social das livrarias. A sociabilidade letrada traduzia-se no capital de relações pessoais que a frequência à livraria possibilitava. Em seguida, busco compreender a lógica que regia a produção editorial do período. Os agentes culturais empenhados em construir uma nação através do livro, privilegiavam o investimento pedagógico e literário da infância. As crianças leitoras seriam modelos que garantiriam a antecipação da civilização sonhada. Prossigo tecendo algumas reflexões sobre a produção, difusão e consumo dos chamados Livros Para Crianças, categoria do impresso na qual se incluía a Biblioteca Infantil da Livraria do Povo, propriedade do editor-livreiro Pedro da Silva Quaresma.

## 1 PRODUÇÃO LITERÁRIA: SOCIABILIDADE E IMAGINAÇÃO NACIONAL

A sociedade brasileira do mil e novecentos compunha uma República singular por ter feito do modo de produção do livro uma configuração social na qual as dependências recíprocas entre seus membros inauguravam códigos e inventavam comportamentos originais. O gosto da época associado a um fetichismo de consumo de objetos importados, a fantasia projetada pela elite em consumir livros e, assim, ser parte da alta cultura, fazia do universo literário uma configuração peculiar que identificava os que o partilhavam ao mundo civilizado (3).

O Rio de Janeiro recendia a cultura e a República das Letras situava-se nas passarelas de nomes Rua do Ouvidor, Rua Gonçalves Dias, Avenida Central, nos palacetes da Tijuca, de Santa Tereza, do Flamengo, em cujos cenários forjava-se uma forma de interação social com regras bem definidas. A movimentação intelectual que animava a capital cultural da República buscava exprimir o moderno, preocupava-se com a adoção de um estilo de vida civilizado, buscava articular no mesmo compasso o cultivo das letras, a modelação e o controle dos comportamentos, e a confecção imaginada de uma nação. A literatura efetuava-se como sociabilidade, tanto nas conferências, nas livrarias, nos salões, nas polêmicas, no jornalismo, na política, no estilo mundano e teatralizado de vida dos escritores, quanto no *habitus* mental da elite, nas práticas de leitura, nos usos e representações em torno do livro.

Abolida a escravatura e proclamada a República, em 1901 a Casa Garnier é a livraria mais importante do Rio de Janeiro, com 55 anos de existência. Em 1903, os reformadores urbanos inauguram a era da “pá e picareta”. A capital da República dos Estados Unidos do Brasil dá adeus ao morro de Santo Antônio e boas vindas às demolições. Dá todo o poder ao engenheiro Pereira Passos e ao médico Osvaldo Cruz, que como diz Eloy Pontes (1944), foram “sombras nacionais de *Hausmann* e de *Pasteur*.” Os tempos modernos dão adeus ao desenho a lápis e boa vinda à fotogravura. Abaixo foi o lampião de azeite, boas vindas à iluminação pelas lâmpadas elétricas de Edson. O progresso, a técnica e a civilização davam boas vindas à fotografia, aos *bonds*, à máquina de costura *Singer*, feita de tanto ferro, dizia-se, uma torre *Eifel* no lar, além de premiada com medalha de ouro na exposição universal de Paris. Os entusiastas do progresso brasileiro davam boas vindas ao cinematógrafo, à máquina de escrever, aos *bonds*, aos automóveis, à bicicleta, aos balões e a Santos Dumond, ao magnetismo, ao hipnotismo, à “sugestão” e à cura pela eletricidade dos Drs. Álvaro Alvim e Cunha Cruz.

Esse Brasil grávido de novidades técnicas, que assistia à modernização da imprensa, ao saneamento e aos melhoramentos na capital federal, farto de teorias científicas européias e do ideário político americano, mas ainda patriarcal no foro íntimo, imperial na ostentação de uma vida coletiva ritualizada e ainda formalmente iletrado, não alcançou, como pretendia, a modernidade. O passado imperial recente ou colonial um pouco mais remoto, não se deteve tão facilmente. No que respeita ao foro íntimo, permanecia a longevidade de certas figuras, de certos quadros, como, por exemplo, as cenas de castigo e tortura no aprendizado da leitura pelas crianças. O regime dos castigos corporais na socialização dos filhos, das longas prisões nas salas de estudo, da leitura sob os cinco olhos vigilantes da palmatória eram métodos nada civilizados. “Os quadros mentais”, diz Braudel (1992:51-52), “também são prisões de longa duração”. Adeus ao catecismo ou apenas uma troca pelas cartilhas

patrióticas ou pelos livros de ficção científica de Júlio Verne? Nas palavras do historiador José Murilo de Carvalho (1999:107): “apesar de se falar da modernidade no Brasil após 1870, a tradição foi suficientemente forte para manter os valores de uma sociedade rural, patriarcal e hierárquica”.

República das Letras vítima da imagens. Tudo era pretexto para que os ditos *Homens de Letras* fizessem aparições: “Neles tudo é rythmo: o pé que avança, a mão que move, a figura que arqueia ... Caminha como um seu alenxandrino: com pompa, glória, terso, altivo...”, descreve Luiz Edmundo (1938:713) um famoso poeta que freqüentava a loja de livros Garnier. Os salões, as conferências pagas, o colonismo social nas revistas e jornais, as casas do comércio, os cafés, as tertúlias e os grêmios mais as livrarias cumpriam a função social de palco para a *mise en scène* literária. Freqüentar esses lugares era buscar a construção de uma identidade que associava autores e leitores à civilidade e os distinguia da massa iletrada que compunha a grande parte da população: em 1890, oitenta e quatro por cento da população era analfabeta (Ortiz, 1995).

Tal uma nação imaginária, esses espaços inventados pela elite serviam como defesa contra a realidade de um país que fervia em convulsões sociais. Era nas livrarias que os intelectuais, *Homens de Letras*, *Homens Políticos*, eminentes figuras do jornalismo e do colonismo social, recebiam recados e cartas, reuniam-se todas as tardes para conversar, ler seus textos em voz alta e fazer contatos úteis (Needel, 1993:281). Para os poucos leitores que podiam freqüentá-las, os poucos que sabiam decifrar o código lingüístico, eram animados locais de admiração, lá se podia folhear uma brochura, conhecer um poeta da moda, cuja “nomeada” ou o retrato nas primeiras páginas dos jornais deslumbrava, lá se podia pedir um autógrafo, aprender as regras da cortesia que orientavam a vida mundana, flagrar os escritores em cena, encher os olhos com as novidades da moda. A importância social dos artífices na corte das letras era medida pelos efeitos nos outros que faziam das representações de si. Os escritores eram como que “reclames vivos” do livro que escreviam, tão empolados como as edições mais sofisticadas, encadernados em ricos trajes de sarja, calças justas à flautim, que os deixavam com pernas de palito e obrigados a andar cheios de mesuras. Um moço *smart* compunha o restante de sua figura com relógios Pateck Phillippe, *pince-nez* de aro de tartaruga, portando, deste modo, todos os símbolos da distinção social. Esse moço posado escrevia livros e ditava *la mode*. Contudo, nas rodas literárias, diante de uma provocação, um *Homem de Letra* era capaz de perder a rima, embatucar uma dança e partir para a polêmica aberta na imprensa. Algumas vezes até, em nome da honra ultrajada, partir para um duelo.

Na *ambiance* intelectual da capital cultural da República, as *coteries* literárias, grupos de mútuo apoio centralizado em patronos - intelectuais de prestígio -, funcionavam como um sistema bem montado de consagração dos amigos,

auto elogios e ataque aos inimigos. Eram verdadeiros centros administrativos da glória, conforme Machado Neto (1973). O grupo oficial formador da Academia Brasileira de Letras, comandado pelas bigodeiras dos Srs. Machado de Assis, José Veríssimo e Sílvio Romero, poderia até suportar a grei parnasiana comandada pelos bigodinhos ralos e curtos, “à escova de dentes”, de Olavo Bilac e Coelho Neto, mas com certeza faria “farofa” aos trejeitos e momices do grupo da boêmia literária. Dentre outros, a igreja dos simbolistas freqüentadores da Livraria Garnier, os escritores da Livraria Universal de Laemmert, e *anti-coteries* de diversos tipos, compunham a vida literária do Brasil da *Belle Époque*. Coisas de um pitoresco encantador, ajunta Luiz Edmundo (1938) em seu livro de memórias “O Rio de Janeiro do Meu Tempo”. O curioso é que num Brasil de analfabetos as montanhas das livrarias resplandeciam.

Uma primeira olhada nos interiores dessas antigas livrarias já revela o quão distante e intocáveis eram os livros. Estamos falando de um tempo onde o acervo das livrarias vivia fechado em estantes altas de cinco a seis metros, só o caixeiro podia tirar os livros de suas covas, mostrá-los aos consumidores, sem esquecer os altos balcões, os salões compridos, a gravidade da mobília. Além da figura do editor, eram muito importantes as figuras do caixa e do primeiro caixeiro, que atendia no balcão. Se as donas e donzelas que as freqüentavam distinguiam-se pelo colorido de suas roupas e a coqueteria de seu comportamento, o rigor do ambiente contrastava. Nas bibliotecas, o uso do livro e a prática da leitura igualmente revestia-se da seriedade que se procurava impor aos produtos literários, era lá que melhor se vivia a idéia da leitura como prática que deveria ser regulada e controlada.

Os agentes culturais na *Belle Époque*, empenhados no projeto de construção da nação e, que, por isso, acreditavam na fábula de um grandioso país e na instrução das crianças como garantia de antecipação da civilização sonhada, conheciam a força simbólica dos livros, e do quanto eficaz era o recurso ao maravilhoso. A leitura então não se devia tanto ao aprendizado escolar, a base da cultura escrita ainda era fortemente influenciada pela tradição oral. Até os livros modelares de viés patriótico aproveitavam elementos das narrativas populares, utilizavam à larga os recursos da oralidade, seu entusiasmo arrebatador e suas intenções de realismo e verdade enredavam-se nos fios da magia.

Quem sabe a escolha dos produtores em criar um mundo da fantasia infantil, imiscuindo-se no espaço social da criança, devesse às dificuldades em compreender uma realidade social ainda pouco firme, marcada pela ambigüidade das contradições, afinal, “de uma época não de um tempo só, mas de vários, e as vezes contraditórios” (Freyre, 1974:LXVI). Quem sabe recorrendo aos clássicos da literatura do maravilhoso, aos Perroult, Grimm, Andersen, Defoe ou Swift, os produtores usassem o pensamento mágico como um recurso simbólico ante um República ainda ti-

tubeante, que poderia ser uma adorável ficção. Se por um lado, a criação do mundo infantil, mundo do “faz de conta”, tomava parte na fantasia do mundo adulto, por outro, os adultos induziam, através da conduta e dos hábitos, modelos de comportamento apropriados às crianças, para que bem observassem as regras do bom desempenho das funções sociais (Elias, 1993). Daí o gosto comum a escritores e crianças pelo fingimento, pelos teatrinhos infantis, os monólogos, as declamações, os jogos, os sermões, por essas narrativas de imaginação nas quais uns poderiam interpretar os outros. Daí igualmente o deslumbramento infantil com que crianças e autores concebiam as atividades, os agentes e os produtos da criação literária.

No imaginar infantil, poetas e livros eram sagrados. As crianças também sonhavam o escritor. Apesar de Olavo Bilac ter sido ungido príncipe dos poetas numa *coterie* de adultos, quem sabe uma criança sua leitora também o armasse cavaleiro, tal nos contos da carochinha, dos que enfrentam toda sorte de provações e no final encontram a recompensa de uma vida feliz devido ao virtuosismo do caráter e das ações. Afinal, no domínio da cultura a eficácia é simbólica e não inteiramente racional (Schwarcz, 1998). Carlos Süssekind de Mendonça (1938), quando petiz aos sete anos, em 1906, compara seus olhos assombrados diante da figura fabulosa do crítico Sílvio Romero aos do menino *Heine* ao ver passar Napoleão, que seriam os mesmos com que “Machado de Assis, ainda crisálida, olharia, também, pela primeira vez, para Alencar, já em pleno vôo”. Terá sido em retribuição à imaginação de seus leitores que, em 1901, Olavo Bilac sugerisse uma liga contra a tristeza infantil, contra as caras amarradas do menino-prodígio, obrigado a recitar poesias de sobremesa e dançar polca militar, e da menina-assombro, obrigada a ler folhetins, usar espartilhos, tocar Chopin e prometer-se a um noivo aos oito anos (Pontes, 1944:25)?

## 2 LIVROS PARA CRIANÇAS: PASSES DE MÁGICA PARA A CIVILIZAÇÃO

A literatura para crianças realizava-se enquanto arte dos salões. Ler era encenar. Seja nos serões familiares, seja nos bancos escolares, seja pelas mãos de uma preceptora estrangeira, seja sob a palmatória, seja pela boca de uma preta velha, práticas intensivas e extensivas, solitárias ou grupais, eruditas ou populares, mesmo sob o artifício sedutor das ornamentações gráficas, ouvia-se mais do que se lia. Leitura e dicção, leitura e declamação, a literatura realizava-se como sociabilidade e o livro como suporte de disseminação de estratégias disciplinares.

Nesta configuração social, o livro destinado às crianças estava investido de uma missão civilizadora, educativa e patriótica capaz de fazer com que seu destinatário incorporasse através de um *habitus* de leitura uma consciência de

pertencimento à nação. O livro, para o público infantil, disseminava a força de sua eficácia simbólica porque funcionava com uma matriz de invenção da ordem social. As crianças também participavam da construção da fantasia de identificação da elite, pois seriam a antecipação da elite desejada do futuro. Daí um fetiche da infância correlato ao fetiche do livro. O livro poderia era objeto da moda, possuindo-o e decifrando-o as crianças aprenderiam a distinção social. A cerimônia de apropriação revestia-se das marcas da ostentação, a petizada, além de versejar, colaborar nos jornais com o envio de contos, cartas, charadas, quadrinhas e opiniões sobre a vida nacional, fazia poses para retratos ali publicados. Nos tempos do “Brasil de monóculo”, as crianças, apesar de não serem leitores em potencial, também participavam da crença na magia da civilização que os escritores tentavam imprimir aos produtos literários.

Os livros também faziam as vezes dos velhos instrumentos pedagógicos do castigo físico, qual a vara de marmeleiro, o cabo de vassoura e a intimidação dos cinco olhos vigilantes da palmatória. O livro punitivo, que articulava civismo e adestramento corporal e que despertava medo e pavor e os livros de prêmio dados aos bons alunos, também eficazes na função de castigos morais, levam a crer que as maneiras de ler abarcavam as práticas corporais. Fora da ordem escolar, o Livro Para Criança poderia assumir o valor de brinquedo, as crianças teriam a chance de fruir as histórias, sorver um prazer estético ao lê-las. Tais leituras, porém, corriam o risco de ser consideradas frívolas pelos adultos, preocupados com a retidão do caráter da mocidade que formavam. O que explica a onipotência da mãe oficiante do rito da leitura, a qual deveria acontecer sob a forma do relato pronunciado da narração oral. Esta prática do livro prestava-se melhor ao conselho dado em voz alta.

De qualquer modo, aprender a ler era aprender a bem comportar-se, era corrente o castigo de permanecer longas horas em pé com o livro aberto. Uma civilização erigia-se através da exemplaridade e da obediência. As formas dos livros, porém, modelam a necessidade do público e, ao mesmo tempo, as obras e objetos produzem seu nicho social de recepção. Todo livro busca leitores que por sua vez se reconhecem nas leituras que fazem. Não foi por acaso que em 1905, no primeiro concurso “o que o menino quer ser quando crescer”, promovido pelo Semanário Infantil O Tico-Tico e destinado àqueles que seriam seus primeiros leitores, dos 493 concorrentes entre seis e doze anos, 92 desejavam ser oficiais da Marinha, 82 do exército, 56 redatores do Tico-Tico, 48 engenheiros, 44 empregados do comércio, 37 advogados, 30 médicos, 16 padres, e os demais dividiram-se entre pintores, poetas, presidentes da República, ourives, iguais a Santos Dumond, astrônomos, diplomatas e dentistas. Eram esses os petizes leitores dos Contos da Carochinha e das poesias infantis que se publicavam no Semanário. Apesar da força do imaginário militarista republicano, a profissão sonhada talvez revele o adulto que estava sendo mode-

lado. A criança punida seria o ideal do adulto disciplinado. Poderíamos pensar que o rigor formal da literatura corresponderia a um rigor comportamental dos leitores?

Como os escritores posados, os retratos das crianças leitoras que se publicavam nos jornais eram de figuras austeras, militarizadas e imóveis, como que constrangidas à seriedade que os adultos procuravam imprimir aos produtos literários. O Semanário Infantil O Tico-Tico desde o primeiro número de 1905 sentia-se honrado com as contribuições artísticas e literárias da “pequenada travessa”: respostas para os concursos, perguntas, desenhos, versos, contos, etc. Ainda que as crianças versejassem à larga, a partir de 1907 o jornalzinho passa a publicar os retratos de todos os seus assinantes, num esforço para que seus “bons camaradinhos e traquinas petizes” de fato “entrassem em leitura”. Foi preciso até criar um suplemento especial para o número da quarta-feira, 02 de janeiro de 1907 e, posteriormente, toda uma seção de “photogravuras”, tal foi a quantidade de retratos recebidos para publicação. E o curioso é que as crianças posadas representando cenas de leitura jamais olhavam para o Tico-Tico que traziam nas mãos ou no colo. Sem sombra de riso ou expansão de alegria, olhavam para o olhar de quem as observava do outro lado do jornal, mais parecendo estátuas em cena; como os livros que lhes eram destinados, lembravam edições luxuosamente encadernadas, postas à admiração ou à venda; como os escritores lembravam os “reclames” que estes costumavam fazer de si, pois pareciam essas crianças igualmente vítimas da voga da fotografia. Crianças e escritores, uns projetados nos outros; “do colégio para a Academia levamos um emberreamento, que, ainda hoje é o nosso distintivo. Aos dezesseis anos éramos sábios” (Bilac, *apud* Pontes, 1944:453). A história das práticas de leitura é a mesma história da regulação e do controle dos comportamentos?

A produção editorial para a infância na Primeira República compunha-se tanto dos livros de leitura de orientação nacionalista, quanto das compilações, traduções e adaptações dos contos e lendas populares oriundos do ocidente europeu, tanto uns como outros impregnados de exemplaridade e puerilidade, lições de obediência, loas ao trabalho, prescrições punitivas à preguiça, elogios à pátria, à bandeira, aos heróis nacionais, como de aventuras heróicas de príncipes, ogres, mouras tortas e encantadas, velhas carochas, bruxas e princesas. Por outra, a produção de livros para crianças dava-se no jogo das trocas entre um campo de produção restrita de cunho erudito destinada a um pequeno público alfabetizado, cuja imposição de leitura era visivelmente escolar, e uma produção de bens mais ampliada destinada a um público popular que, herdeiro da tradição dos contadores de estória, vivia imerso num universo mais sonoro e visual que escrito.

Os Livros Para Crianças apresentavam-se, quando anunciados nos jornais, como “Um Livro Maravilhoso! Assombroso! Extraordinário! Como não há em língua portu-

guesa” (O Tico-Tico, Rio de Janeiro, 1911), ou “Contos popularíssimos, mores e piedosos, que sabem as crianças de todos os países. São narrações fantásticas onde há fadas, lobishomens, genios misteriosos, animaes fallantes, bruxas, feiticeiras e encantamentos, mas em linguagem simples, incultindo sempre a idéa do bem e da virtude” (O Tico-Tico, 07 de julho de 1909). Bem encadernados e ricamente ornados com gravuras, são livros que ressuscitam príncipes e princesas. Estamos falando dos livros de contos de fada. Abrindo-os, seus leitores deveriam sentir-se nalgum reino, aprenderiam as regras da cortesia, o código do bem comportar-se. Ouvindo-os, na palavra onipotente da gente grande oficiante do ritual da leitura em voz alta - mãe, “avósinha”, tia, madrinha ou ama -, e do castigo, deveriam construir castelos no ar, dar asas à imaginação, evadir-se de um cotidiano maçante que impunha à petizada exigências sobre as normas do comportamento e da moral.

Já o mercado dos livros escolares até bem entrado o século XIX era marcado pelas traduções e adaptações dos originais franceses e portugueses dos clássicos da literatura infantil, sob a orientação de escritores e professores brasileiros, os quais seguiam os passos dos centros educacionais e de leitura dos países europeus (Arroyo, 1988:175). Este modelo foi amplamente adotado pelos principais editores da época, como o Garnier e o Laemmert. O trabalho de tradução das obras clássicas, que foi um “abre-te sésamo” para o mundo do livro para nosso público leitor infantil em formação, deve muito ao professor do colégio Pedro II, Carlos Jansen, bem como ao colunista social carioca Figueiredo Pimentel, escritor responsável pela seção “O Binóculo” do Jornal Gazeta de Notícias e grande entusiasta das reformas urbanas. Até hoje são famosos seus **Contos da Carochinha**, **Contos da Avósinha**, **Theatrinho Infantil**, **Nossos Brinquedos**, **Contos de Fada** e **Contos do Arco da Velha**, todos parte da Biblioteca Infantil da Livraria Quaresma. Apesar do sonho do editor de que o livro para crianças fosse de fabricação nacional, algumas dessas obras eram impressas em Paris.

As obras de Júlio Verne, de Alexandre Dumas, de Swift, as Fábulas de La Fontaine e Esopo, os Contos de Grimm, Perrault, Andersen, adaptados aos desígnios da afirmação nacional, compunham a leitura da infância na passagem do século. Apesar do esforço em transladar o “Era uma vez num reino distante europeu” para a realidade contraditória de um país a que custava se aceitar mestiço, houve, por parte dos intelectuais, um movimento, ainda que rarefeito, de reação nacional. Esta reação coincide com a afirmação cultural da República nascente e com o projeto missionário dos produtores culturais em inventá-la como nação. A produção didática de Bilac, por exemplo, já marcada por prescrições de educação moral e cívica, conforme Marisa Lajolo (1982:53), estende-se por sete livros e doze anos: de 1899 a 1911, ora sozinho, ora em parceria com Coelho Neto ou Manoel Bonfim, Bilac editou, pela Francisco Alves, os se-

guintes títulos: **Livro de Composição (1899)**, **Livro de Leitura (1901)**, **Contos Pátrios (1904)**, **Poesias Infantis (1904)**, **Teatro Infantil (1905)**, **Através do Brasil (1910)**, **Pátria Brasileira (1911)**. Os próprios títulos das obras evidenciam a tendência a uma reação nacional.

Ao lado de uma produção de cunho mais erudito, característica dos títulos do catálogo da Biblioteca da Juventude de Francisco Alves, ou os títulos da Enciclopédia da Infância da Garnier, boa parte recomendada pelo Conselho Superior da Instrução Pública, sobressaía uma produção de bens mais populares, como, por exemplo, os títulos da Biblioteca Infantil da Livraria de Pedro da Silva Quaresma. As edições da livraria Quaresma alcançavam grande êxito de público, possibilitando sucessivas tiragens a seus livros. João do Rio, sobre elas, escreveu: “Mas que pensam os senhores dessas quadrilhas, das quais já se venderam mais de cem mil folhetos, das quais diariamente e perpetuamente se vendem mais volumes que da Canaã de Graça Aranha?” (João do Rio, 1997:143).

A Livraria do Povo, fundada em 1879, situava-se na rua de São José. O editor, Pedro da Silva Quaresma acalentava um sonho: abrigar o comércio de livros. Começou pela literatura infantil, travando uma guerra contra Portugal. O nacionalismo do editor ficava por conta tanto da luta comercial e política com os livreiros lusitanos, quanto da defesa da língua pátria. Os livros eram de muito bom português, mas não eram brasileiros, tanto que as crianças não os entendiam. Para abrigar o livro traçara um plano: “A literatura infantil, por exemplo, vinha toda ela de Portugal. Até certo ponto, para nós ela representava um contra-senso, uma vez que as diferenciações entre o idioma falado nas duas pátrias eram já notáveis, na época e, de tal forma que, por vezes, frases inteiras ficavam indecifráveis para as nossas crianças: e o petiz que andava às cavalitas do avô vendo o maço que trazia o cabaz pleno de molhos de feijões verdes, sai-se-lhe com esta: a mamã que t’o conte!” (Edmundo, 1938:734).

Pedro da Silva Quaresma recorre a Figueiredo Pimentel e encomenda-lhe não um livro, mas toda uma biblioteca infantil. Uma ou duas semanas após vem a lume o primeiro volume da série “Histórias da Carochinha”, e, a seguir, “Histórias do Arco da Velha”, “Histórias de Avózinha”, “Histórias da Baratinha”, “Os meus Brinquedos”, “Theatro Infantil”, “O Álbum das Criações”... Logo esgotam-se as primeiras edições, que fazem um sucesso estrondoso. Edita também a Biblioteca dos Trovadores, composta das modinhas populares e responsável pelo aparecimento de Catulo da Paixão Cearense. Fala-se muito do pioneirismo de Monteiro Lobato na difusão do livro, mas ainda no final do século XIX, Quaresma aventura-se num comércio de cavalaria andante, obedecendo às leis de quem sabe qual ordem do heroísmo editorial, “vendia suas brochuras pelas portas dos engraxates, a cavalo, num barbante”, informa-nos Luiz Edmundo (1938:735).

A fim de abrigar o livro, Quaresma acabou apostando no comércio dos livros usados, baratos e populares. “Tendo em vista a pouca cultura de nosso povo”, diz-nos Brito Broca (1960:143), “Pedro da Silva Quaresma que se instalara, desde 1879, na Rua São José, compreendeu que o meio de levá-lo ao livro era dar-lhe leitura fácil, amena ou de interesse prático, mas de cunho essencialmente popular, ao alcance de qualquer um e de brochura de preços módicos ... Em qualquer velha residência lá pelos sertões da Bahia ou pelo norte de Minas ainda é fácil descobrir-se até hoje, num canto de gaveta, algumas destas Edições Quaresma”.

Na literatura infantil a produção do livreiro revelou-se decisiva, pois estabeleceu uma relação entre a cultura popular e a memória coletiva. Por esse motivo, a Livraria do Povo fazia por merecer o nome, embora as crianças leitoras não a tomassem como *coterie*, sua clientela era composta de tipos populares: “É toda uma freguesia perguntona, espalhafatosa, vozeiruda, que arranca notas de dois e cinco mil réis do fundo de lenços de chita, muito sujos, armados em carteiras, para comprar as brochurinhas, postas em capas de esparto, não raro aos empurrões, aos gritos, o violão debaixo do braço, ou experimentando flautas, oboés, cavaquinho ...” (Edmundo, 1938:736).

A Biblioteca Infantil da Livraria Quaresma, composta por livros de matrizes folclóricas, talvez assinala uma clivagem no fetichismo de consumo peculiar à República das Letras. Faria parte do *habitus* privado das famílias da elite possuir os livros infantis da Livraria do Povo? Esses textos propunham uma imaginação nacional através não mais da razão, da crença no progresso ou da fantasia de fazer parte da civilização. Um Olavo Bilac não publicaria pela Editora Quaresma. Talvez a produção, circulação e consumo destes livros revelem uma imaginação nacional forjada através do mito. Daí a destinação oral dos **Contos da Carochinha**, e demais contos compilados por Figueiredo Pimentel. Na falta de um público leitor, que se formasse um público ouvinte. Seria uma prática de sociabilidade da leitura formando um contraponto às práticas da privatização do ler, recolhidas na intimidade solitária? Quais conflitos marcavam a especificidade dessas duas esferas da produção dos livros infantis no Brasil da passagem do século?

## CONCLUSÃO

Na República das Letras, escritores e livreiros, mestres de ensino e funcionários públicos, jornalistas e boêmios, personagens da casta que sabia escrever e ler, faziam de conta que viviam de literatura, tramavam a consagração dos amigos e a detração dos inimigos, elogiavam-se e acusavam-se, enfim, encenavam o drama, às vezes carregando nos efeitos, da condição de intelectuais em um país de analfabetos. Na falta de um público leitor, que se formasse um público de ouvintes.

Os livros Para Crianças, esses objetos de distinção e orgulho nas mãos dos poucos que os possuíam e desvendavam, passes de magia para a civilização, alimentos para a alma quando destinados à instrução, primorosos quando feitos para a diversão, suportes da modelação da conduta, protagonizavam a comédia social da República das Letras. Esses livros foram suportes para a construção de uma civilização da autoridade e da obediência.

Os destinos do livro prendiam-se aos ardis de um movimento que atravessa as mil faces do tempo na História da civilização brasileira. Em fins do século XIX e começo do século XX, os agentes da produção cultural –artífices, ora entusiastas, ora desiludidos com uma República desejada e imaginada -, transformaram esse movimento disciplinar e normativo numa imaginação nacional republicana. Mesmo que a Biblioteca Infantil da Livraria Quaresma assinalasse uma clivagem no fetichismo de consumo dos objetos literários, o Livro Para Criança, nos tempos modernos do declínio da palmatória e da ascensão de um convencimento moralizador, foi instrumento de castigo tão eficaz na observação da conduta quanto os velhos métodos pedagógicos. Os livros destinados ao público infantil, passes de magia para a civilização, foram a um só tempo objetos de distinção, livros de primor, do vagar onírico, livros brinquedo, e da punição, livros maçadores.

## BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, Leonardo. (1988). *Literatura Infantil Brasileira*, São Paulo: Melhoramentos.
- BRAUDEL, F. (1978). História e Ciências Sociais: a longa duração. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva.
- BROCA, Brito. (1960). *A Vida Literária no Brasil-1900*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- CARVALHO, José Murilo de. (1999). Brasil 1870 –1914: A Força da Tradição. In *Pontos e Bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG.
- CHARTIER, Roger. (1987). *Les Usages de L'imprimé (XV et XIX siècle)*. Fayard: ouvrage publié avec le concours du Centre National de Lettres.
- . *Histoire de la lecture dans le monde occidental* (com Guglielmo Cavallo), Paris: Seuil.
- EDMUNDO, Luiz. (1938). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

- ELIAS, Norbert. (1973). *La civilisation des moeurs*. Paris: Presses- Pocket.
- FREYRE, Gilberto. (1974). *Ordem e Progresso – introdução à sociedade patriarcal no Brasil*. vol. 3, Tomo I. Rio de Janeiro: José Olympio.
- JOÃO DO RIO. (1997). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LAJOLO, Marisa. (1982). *Usos e abusos da literatura infantil na escola: Bilac e a literatura escolar na Velha República*. Rio de Janeiro: Globo.
- MENDONÇA, Carlos S. (1938). *Silvio Romero – sua formação intelectual, 1851-1880*. Brasiliana: Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional.
- NETO, Machado. (1973). *Estrutura social na república das letras, 1870-1930*. São Paulo: Edusp.
- NEDELL, Jeffrey. (1993). *Belle époque tropical: sociedade e consumo no Rio de Janeiro da virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ORTIZ, Renato. (1988). *A moderna tradição brasileira-cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense.
- PONTES, Eloy. (1944). *A vida exuberante de Olavo Bilac*. Ed. Ilustrada – vol. I, Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora.
- SCHARCZ, Lília Moritz. (1998). *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

## NOTAS

- (1) Uma primeira versão do texto foi apresentada no Segundo Seminário sobre Literatura para Crianças e Jovens, sob a coordenação da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, como parte do 12º. COLE – Congresso de Leitura no Brasil, realizado na Universidade de Campinas, Julho de 1999.
- (2) Este texto é parte da pesquisa que desenvolvo para minha tese em Sociologia.
- (3) Sobre o fetichismo de consumo peculiar à Belle Époque brasileira consultar Needell, Jeffrey – Belle Époque Tropical – Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

## FONTES E DOCUMENTOS

Semanário para Crianças “O Tico Tico”, cadernos correspondentes aos anos de 1905, 1907, 1909, 1911. Departamento de Referência e Difusão – Divisão de Periódicos da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.